

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.463 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 25 DE MARÇO DE 2002



Célio Azevedo

Antonio Carlos Júnior

**CAE examina benefício ao cinema nacional**

PÁGINA 3



José Cruz

Jefferson Péres

**Ações da Abin serão discutidas amanhã**

PÁGINA 2

**Mudança no combate ao narcotráfico começa a ser votada**

A Comissão de Segurança Pública inicia amanhã a votação de projetos que tratam da repressão ao narcotráfico, lavagem de dinheiro e crime organizado.

PÁGINA 5



Célio Azevedo

Waldeck Ornélas

**Projeto na CE previne danos com apagão**

PÁGINA 5

## Senado analisa propostas contra verticalização das coligações

Projeto de decreto legislativo susta o cumprimento da decisão do TSE nas eleições deste ano. Proposta de emenda à Constituição garante autonomia dos partidos para deliberar sobre alianças. As duas matérias estarão em exame amanhã



Márcio Kalline

A verticalização das coligações partidárias, estabelecida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), será analisada amanhã em duas instâncias do Senado e por meio de propostas diferentes. O Plenário deve votar projeto de decreto legislativo apresentado por Renan Calheiros que susta o cumprimento da decisão do TSE nas eleições marcadas para outubro. Já a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania examina proposta de emenda à Constituição de autoria de Bernardo Cabral que garante aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações, sem a obrigatoriedade de que estejam vinculadas às candidaturas em nível nacional.

Plenário deve votar amanhã projeto de decreto legislativo que evita a aplicação do entendimento do TSE nas eleições de outubro

PÁGINA 3

## Ministros explicam reação à sobretaxa do aço pelos EUA

PÁGINA 8



Rosevelt Pinheiro

Roberto Saturnino

**Comissão debate adiamento do ingresso do Brasil na Alca**

Na reunião de amanhã, a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul volta a examinar projeto que convoca plebiscito sobre a suspensão das negociações para adesão do Brasil à Área de Livre Comércio das Américas

PÁGINA 8



João Alberto Souza lembrou o grande crescimento da população mundial

## João Alberto alerta para risco de falta d'água

O senador João Alberto Souza (PMDB-MA) manifestou preocupação com a crise da água. "Analistas calculam que, dentro de poucas décadas, a água será um bem estratégico mais importante do que o petróleo é hoje", disse, chamando a atenção para o fato de que apenas 2,7% da água do planeta é doce. Desse percentual, 75% estão nas geleiras e calotas polares. Segundo ele, há previsão de guerras por causa da água para 2020.

— A população mundial cresceu vertiginosamente e os estoques de água doce continuaram os mesmos e cada vez mais explorados, desperdiçados e agredidos por inúmeros fatores — disse. Ele lembrou que 60% da população do planeta vivem hoje em regiões onde a água é escassa.

O Brasil, apontou João Alberto, é um dos países mais ricos na substância, com 20% da água potável da Terra. Mas, na avaliação dele, o desperdício preocupa. Citando estudos da Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República, ele classificou a diferença entre a quantidade de água que sai das centrais de tratamento e a que é cobrada dos consumidores como "desalentadora". O desperdício médio no país é de 39,2%. Na Região Norte, chega a 48,9%.

# Congresso examina denúncia de irregularidades na Abin

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência ouviu, no fim do ano passado, o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional

A Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI) do Congresso Nacional reúne-se amanhã, às 10h, para analisar as denúncias de irregularidades na Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Será a primeira reunião ordinária deste ano da comissão, criada em novembro passado com o objetivo de fiscalizar as atividades da Abin.

Presidida pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM), também presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



Jefferson Péres, presidente da comissão mista, também preside a CRE

do Senado, a comissão mista ouviu, no final do ano passado, o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência

da República, general Alberto Mendes Cardoso. Na ocasião, ele admitiu a possibilidade de funcionários ou ex-funcionários da Abin estarem realizando investigações fora da estrutura da agência.

A comissão mista é também integrada pelos líderes da maioria e da minoria no Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL) e Eduardo Suplicy (PT-SP); pelo presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara, deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP); e pelos líderes da maioria e minoria da Câmara, que serão indicados pelo PSDB e PT.

## Projeto prevê devolução de taxas

O senador Luiz Otávio (PPB-PA) anunciou na sexta-feira, em Plenário, que apresentou projeto destinado a garantir aos candidatos a cargos no serviço público a devolução de taxas de inscrição pagas para a participação em concursos que venham a ser cancelados ou anulados.

Muitos dos inscritos em concu-



Luiz Otávio: muitos dos inscritos em concursos são desempregados

so, recordou o senador, são desempregados ou buscam melhores salários. Por isso, assinalou, não seria justo que, além da frustração pelo cancelamento de uma seleção pública, ainda não possam ter de volta o dinheiro pago pela taxa de inscrição. A não-devolução, sustentou, constitui ato de improbidade administrativa.

— Peço a aprovação urgente desse projeto, que visa coibir eventuais abusos que possam decorrer da anulação ou não conclusão de concursos públicos realizados pela administração pública nas três esferas de governo.

Luiz Otávio explicou ter buscado inspiração em projetos aparentemente simples, aprovados pelo Senado, que têm melhorado a vida das pessoas. A seu ver, são iniciativas como essas que levam a população a obter benefícios diretos da atuação do Congresso Nacional.

## Carlos Bezerra analisa acesso ao trabalho

As dificuldades que os jovens brasileiros estão encontrando para ingressar no mercado de trabalho foram abordadas pelo senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), ao constatar que é cada vez menor o número de pessoas que trabalham em relação ao total da população em idade ativa.

O alerta do senador foi feito com base na Pesquisa Mensal de

Emprego do IBGE.

Segundo Carlos Bezerra, existe um ponto positivo a ser destacado nessa retração na faixa etária entre 15 e 17 anos. Ele revelou que os jovens estão adiando a entrada no mercado de trabalho para estudar, pois, de 1991 a 1999, a cobertura do ensino médio subiu de 66% para 84% na população de 15 a 17 anos. Para ele, se o

motivo para os jovens demorem a entrar no mercado é esse, a preocupação deve mudar de foco.

— O trabalhador brasileiro, com seus parcos quatro ou cinco anos de escolaridade, em média, não coloca o país em condições vantajosas de competição em cenário algum do mundo. Tal quadro precisa ser mudado, e rapidamente — concluiu.



## AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 25 DE MARÇO DE 2002

### PLENÁRIO

14h30 — Sessão não deliberativa

### PREVISÃO

### PLENÁRIO

Terça-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PDL nº 6/02, dispõe sobre as eleições gerais de 2002; PLC nº 152/01, dispõe sobre a criação da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG); terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 27/01, que institui o Fundo para Revitalização Hidroambiental e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco; terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 3/00 (tramitando em conjunto com as PECs nº 12/00 e 14/01), altera os períodos das sessões legislativas e a extinção do pagamento de parcela indenizatória de convocação extraordinária; segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 32/01, altera o inciso II do art. 37 da Constituição federal para permitir o desenvolvimento funcional de ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente, mediante processo seletivo; segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 48/01, altera o caput do artigo 27 da Constituição federal (dispõe sobre a representação nas assembleias legislativas); e segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 50/99, modifica o parágrafo 1º do art. 45 da Constituição federal, que dispõe sobre a representação na Câmara dos Deputados; entre outras proposições.

Quarta-feira

Pauta: quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 3/00 (tramitando em conjunto com as PECs nº 12/00 e 14/01), altera os períodos das sessões legislativas e a extinção do pagamento de parcela indenizatória de convocação extraordinária; entre outras proposições.

### COMISSÕES

Terça-feira

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

11h30 — Comissão de Educação

16h30 — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

17h — Comissão Mista de Segurança

17h30 — Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul

Quarta-feira

10h — Comissão Mista de Segurança

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet  
1º Vice-Presidente: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira  
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações



Antonio Carlos Júnior tem parecer favorável ao projeto que estimula o cinema brasileiro

## CAE examina benefício ao cinema nacional

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) discute amanhã projeto oriundo da Câmara que aumenta de 25% para 40% a alíquota do Imposto de Renda retido na fonte de pagamentos feitos a produtores, distribuidores e intermediários pela exibição de filmes estrangeiros no Brasil ou outras obras audiovisuais. A finalidade é ajudar a produção cinematográfica nacional em sua competição com os estrangeiros.

O senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA), relator da matéria, concorda com a proposta, lembrando que 90% de todos os filmes exibidos no Brasil têm origem estrangeira. Para ele, é justo o Brasil aumentar a diferença de custo entre a produção nacional e a estrangeira, pois os filmes produzidos por grandes grupos multinacionais conseguem reduzir custos pela exibição em larga escala, atingindo praticamente todo o mundo.

O projeto completa a legislação brasileira, a qual já permite que os grupos distribuidores de filmes estrangeiros abatam até 70% do Imposto de Renda devido, desde que invistam na coprodução de obras nacionais, em projetos previamente aprovados pelo Ministério da Cultura.

A Comissão de Assuntos Econômicos debaterá também projeto do senador Ricardo Santos (PSDB-ES) que acaba com a proibição de que empresas da área de saúde optem pelo regime tributário previsto no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples). Ele sustenta que não existe nenhuma razão objetiva para se excluir empresas da área de saúde. O relator da matéria é o senador Romero Jucá (PSDB-RR), que concorda com a proposta e acrescenta outros setores excluídos do Simples – creches, pré-escolas e escolas de ensino fundamental.

# Plenário deve votar amanhã projeto que suspende restrição a coligações

Renan Calheiros, autor da proposta, afirma que o Tribunal Superior Eleitoral “exorbitou de seu poder normativo regulamentar” ao inovar nas regras sobre alianças partidárias

O Senado decide amanhã se suspende a determinação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que vincula as coligações partidárias em todo o país. De iniciativa do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), o projeto de decreto legislativo que será votado em Plenário susta a aplicação nas eleições deste ano da decisão do TSE de que as alianças partidárias para as eleições estaduais só poderão ocorrer se estiverem vinculadas às coligações para as eleições presidenciais.

Para Calheiros, ao inovar nas regras sobre coligações partidárias, o TSE exorbitou de seu poder normativo regulamentar. A deliberação do Plenário ainda depende de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que será proferido pelo senador Amir Lando (PMDB-RO). O quórum exigido

para aprovação do projeto é de maioria simples. Se aprovado, o texto irá à deliberação da Câmara.

No mesmo dia, o Plenário vota projeto definindo a responsabilidade do transporte escolar na rede pública de ensino. Pelo texto, caberá ao estado assumir o transporte dos alunos da rede estadual, enquanto os municípios serão responsáveis pela condução dos alunos da rede municipal. O objetivo é acabar com a divergência entre governos estadual e municipal sobre quem deve assumir a responsabilidade do transporte escolar, o que tem prejudicado milhares de crianças.

Na mesma sessão, em segundo turno, será discutida a proposta de



Renan Calheiros quer suspender decisão do TSE sobre coligações

emenda à Constituição que institui por 20 anos o Fundo para a Revitalização Hidroambiental e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco. De autoria do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), a iniciativa se destina a

custear programas e projetos governamentais de recuperação hidroambiental do rio e de seus afluentes.

Antes do feriado da Semana Santa, que se inicia quinta-feira, três outras PECs serão discutidas em segundo turno, todas destinadas a reduzir o recesso parlamentar. De autoria dos senadores Paulo Hartung (PSB-ES), Maguito Vilela (PMDB-GO) e do ex-senador Jader Barbalho, as propostas partem do princípio de que o Legislativo não pode continuar com períodos tão grandes de recesso, sendo quase sempre submetido a convocações extraordinárias. Relator da matéria na CCJ, o senador José Fogaça (PPS-RS) é favorável ao texto de Jader Barbalho e pela prejudicialidade das propostas de Paulo Hartung e Maguito Vilela.

## Comissão discute PEC que dá autonomia aos partidos

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania continua amanhã, às 16h30, a discussão da proposta de emenda à Constituição que trata da verticalização das coligações partidárias. A proposta determina que os partidos políticos terão autonomia para

definir sua estrutura interna e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações, sem a obrigatoriedade de que estas estejam vinculadas às candidaturas em nível nacional. A PEC, de iniciativa do senador Bernardo Cabral (PFL-AM), teve parecer favorável do relator, senador José Fogaça (PPS-RS), mas não pôde ser votada devido a pedido de vista coletivo.

Para Fogaça, a autonomia de coligações é direito assegurado aos partidos pela Constituição, e retirá-lo a meses das eleições seria impor uma situação artificial aos acertos políticos regionais que já estão em curso.

— Obrigar a verticalização seria



José Fogaça: verticalização passaria por cima da história dos partidos políticos

passar por cima da história dos partidos políticos — disse Fogaça.

No mesmo dia, o Plenário do Senado deve votar projeto de decreto legislativo que também tem o objetivo de evitar a obrigatoriedade de verticalização das alianças. O

projeto torna sem efeito, apenas para as próximas eleições, a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (*veja matéria acima*).

### COTAS

Também consta da pauta da CCJ o projeto do senador José Sarney (PMDB-AP) que destina 20% das vagas nas universidades e empregos públicos para a população afrodescendente. O relator, senador Sebastião Rocha (PDT-AP), manifestou posição favorável à proposta, argumentando ser importante o país adotar ações afirmativas no combate à discriminação. A matéria não chegou a ser debatida na última reunião da comissão, já que recebeu pedido de vista.

## Para Carlos Patrocínio, decisão do TSE é positiva

A decisão adotada em resolução pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre as coligações, exigindo que as alianças feitas em âmbito nacional sejam reproduzidas nos estados, é o primeiro passo para se pôr fim à “balbúrdia partidária, deflagrando a reforma política no

país”, afirmou, na sexta-feira, o senador Carlos Patrocínio (PTB-TO). Embora adotada “de forma extemporânea”, a medida, entende o senador, caminha na direção do fortalecimento dos partidos.

Patrocínio disse ainda que, no seu entendimento, a figura do decreto legislativo não é a mais indicada, do ponto de vista legal, para neutralizar a decisão do TSE. Para ele, o decreto legislativo, segundo determina o artigo 49 da Constituição, é uma peça adequada para sustar medida do Executivo, nunca do Judiciário.

Em aparte, o senador Amir Lando (PMDB-RO), interpretando o mesmo dispositivo constitucional, disse que a resolução do TSE representou uma inconstitucionalidade,



Carlos Patrocínio diz que TSE ajuda a pôr fim à “balbúrdia partidária”

já que o tribunal usurpou do Congresso a competência de legislar.

Autor do substitutivo, como relator, ao projeto de decreto legislativo de autoria do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) que deverá ir a Plenário amanhã, Amir Lando, ao

contrário de Patrocínio, acha o decreto legislativo suficiente, do ponto de vista jurídico, para sustar a decisão do TSE.

Em seu pronunciamento, Patrocínio ainda desmentiu rumores divulgados na imprensa que apontam uma aproximação do PTB com o governo. Disse que a pré-coligação formada com o PPS e com o PDT “está cada vez mais consistente”, tanto que — argumentou — o PTB montou em Brasília um pré-comitê eleitoral em favor de Ciro Gomes, pré-candidato à Presidência da República. Não obstante isso — destacou —, o partido está disposto a “aprovar com urgência, no Congresso, todas as propostas do governo formuladas em defesa do Brasil”.

## BALANÇO

# Aprovadas regras mais duras para uso de silicone

O Plenário também modificou medida provisória que trata da dívida agrícola, ampliando benefícios concedidos a pequenos produtores

Desobstruída a pauta de votações do Senado, uma das principais matérias aprovadas pelo senadores foi a que restringe o uso de silicone líquido para aplicação no organismo humano. Aprovado na forma de substitutivo do senador Sebastião Rocha (PDT-AP), o texto proíbe o uso de silicone injetável no organismo humano e impõe condições para o emprego dos implantes e próteses que contenham silicone em forma de gel.

Com isso, a cirurgia para esses implantes ficará sujeita ao consentimento livre e esclarecido do paciente, a ser formalizado por instrumento particular, mediante o qual ele será informado sobre os riscos do produto e dará anuência para o seu emprego. A matéria ainda será examinada pela Câmara dos Deputados.



Substituto de Sebastião Rocha restringe uso de silicone em cirurgias estéticas

A ordem do dia foi desobstruída graças à votação de quatro medidas provisórias (MPs) que necessitavam de acordo de lideranças para deliberação. Três delas foram aprovadas e vão agora a promulgação: a que cria o Fundo Seguro-Safra para os agricultores familiares do nordeste e norte de Minas Gerais; a que abre crédito de R\$ 86 milhões para os Ministé-

rios dos Transportes e da Integração Nacional e a que cria o cargo de secretário de Estado de Comunicação do Governo.

A mais discutida dessas MPs, a que alonga as dívidas originárias do crédito rural, foi aprovada com mudanças – apresentadas principalmente pelo Bloco Oposição –, obrigando seu retorno à Câmara, onde chegou obstruindo a pauta em que os deputados deliberavam sobre a prorrogação da cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Entre as mudanças aprovadas pelo Senado está a que alonga o prazo de adesão dos produtores rurais para renegociarem seus débitos.

Foi também aprovado projeto de iniciativa do presidente da República alterando a lei que dispõe sobre o Estatuto dos Militares.

## Benefícios sociais acolhidos pelas comissões

A obrigatoriedade de a Agência de Vigilância Sanitária (Anvisa) acompanhar de forma permanente as ocorrências internacionais relativas a medicamentos, drogas e produtos farmacêuticos está prevista em uma das propostas aprovadas semana passada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). De acordo com o projeto do senador Tião Viana (PT-AC), quando for identificado algum produto que, em qualquer país, tenha sido não-aprovado, retirado do mercado, tido seu uso restringido ou sofrido mudança nas informações ou advertências exigidas em bula, rótulo e materiais publicitários, a Anvisa deverá emitir parecer com as razões para a concessão, manutenção, alteração ou suspensão de registro ou licença de comercialização e prescrição do medicamento no país.

Também foi aprovado projeto da ex-senadora Benedita da Silva, relatado pelo senador Geraldo Cândido (PT-RJ), que garante às comunidades remanescentes dos quilombos o direito à



Tião Viana: Anvisa terá que monitorar critérios internacionais sobre medicamentos

propriedade das terras que habitam, devidamente tituladas. Atualmente, essas comunidades só têm direito à ocupação das terras. O projeto abrange as terras ocupadas pelas comunidades afrodescendentes devidamente reconhecidas por seus usos, costumes e tradições. São consideradas comunidades remanescentes de quilombos os grupos étnicos de preponderância negra, identificáveis segundo as categorias de autodefinição habitualmente designadas por “terras de

preto”, “comunidades negras rurais”, “mocambos” ou “quilombos”.

### ISENÇÃO

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) também votou projetos importantes, de alcance social. Entre eles o que isenta do pagamento de imposto de renda os aposentados portadores de doenças hepáticas. O benefício é concedido atualmente aos aposentados que têm nefropatias (doenças nos rins) graves. Essas doenças geralmente implicam cirurgias de transplantes dos órgãos afetados.

De autoria do senador Paulo Hartung (PSB-ES), foi aprovado projeto que determina a fixação de uma cota mínima gratuita de fornecimento de água tratada para famílias pobres. Pelo texto, relatado pelo senador Ricardo Santos (PSDB-ES), fica proibido o corte do suprimento de água para a população de baixa renda por inadimplência, desde que o nível de consumo esteja dentro da cota mínima.

## Projeto amplia licença a mães de prematuros

O Senado encaminhou à Câmara dos Deputados projeto do senador Luiz Pontes (PSDB-CE), na forma de substitutivo do senador Tião Viana (PT-AC), que amplia a licença-maternidade para mães de bebês prematuros. Elas terão direito, além da licença-maternidade regular, a um acréscimo das semanas restantes para a criança chegar às 37 semanas de gestação. O projeto foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão



Luiz Pontes propõe ampliação da licença-maternidade

José Cruz

terminativa.

Ao pedir a aprovação do seu substitutivo na CAS, Tião Viana explicou que, tecnicamente, é considerado “de termo” o bebê nascido a partir da 37ª semana gestacional, e são julgados prematuros os nascidos antes desse prazo.

O senador Luiz Pontes defendeu a aprovação de sua proposta afirmando que, assim, o recém-nascido prematuro receberá cuidados mais adequados, como aleitamento e atenção materna.

## Vai à Câmara proposta que proíbe caução em hospitais

O projeto de lei que proíbe a exigência de caução, por parte de hospitais ou clínicas, nos casos de internação de pacientes beneficiários de planos e seguros privados, já está tramitando na Câmara dos Deputados. De autoria do senador Paulo Souto (PFL-



Paulo Souto considera abusivo exigir caução de usuário de plano de saúde

BA), o projeto foi aprovado por unanimidade e em caráter terminativo pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) no dia 5 deste mês.

## Empregado doméstico pode ter direito a 30 dias de férias

Foi encaminhado à Câmara dos Deputados quinta-feira passada – depois de aprovado em decisão terminativa na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) – projeto do senador Osmar Dias (PDT-PR) que estende ao empregado doméstico o direito a férias remuneradas de 30 dias. Atualmente, as férias desse profissional são de 20 dias.

Ao tramitar na CAS, o projeto, que recebeu parecer favorável do relator, senador Ademir Andrade (PSB-PA), foi aprovado por unanimidade. “Este projeto vai corri-



Osmar Dias é autor do projeto que beneficia domésticos

gir uma injustiça que se pratica contra o trabalhador doméstico, que não tem na legislação tratamento igualitário ao dos demais trabalhadores”, afirmou Osmar Dias. Ele acrescentou que a norma evitará também as confusões jurídicas causadas pela ausência de uma regulamentação atualizada.

Ademir Andrade disse que o projeto põe fim a prejuízos sofridos pela categoria, concedendo-lhe “uma espécie de isonomia” em relação aos demais trabalhadores”.

## Alerta a consumidor pode evitar prejuízo com aparelho elétrico

Evitar que novos “apagões” causem prejuízos inesperados ao consumidor é o objetivo de projeto que será examinado pela Comissão de Educação (CE) amanhã, às 11h30. A proposta, originária da Câmara, obriga as concessionárias de distribuição de energia elétrica a veicular, no verso das contas de luz, instruções alertando os consumidores quanto aos procedimentos a adotar em caso de queda de tensão ou interrupção no fornecimento de energia.

Embora a legislação vigente preveja a indenização de prejuízo, diz o autor na justificativa, “é de bom procedimento buscar preveni-lo, uma vez que remediá-lo nem sempre se reveste de justiça”. O relator, senador Waldeck Ornélas (PFL-BA), acolheu a matéria, mas acrescentou-lhe emenda.

Com parecer favorável do senador Pedro Simon (PMDB-RS), consta também da pauta a CE projeto que regulamenta o artigo 220 da Constituição federal, no parágrafo que disciplina a exibição de diversões e espetáculos públicos. O senador João Alberto Souza (PMDB-MA), autor da proposição, argumenta que foi movido pela liminar concedida pelo presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Paulo Costa Leite, a mandado de segurança proposto pela Associação Brasileira de Rádio e Te-



Waldeck Ornélas apresentou parecer favorável ao projeto em exame na CAS

levisão (Abert) com a finalidade de suspender os efeitos de portaria do Ministério da Justiça que estabelece a classificação etária para as diversões e espetáculos públicos.

João Alberto Souza ressalta ainda que, enquanto o mandado de segurança da Abert não for julgado no mérito, fica suspensa a portaria que veda a exibição de programação em horário diverso do permitido para a televisão, inclusive trailers.

— Assim, com a apresentação desse projeto pretendemos remover o vício de inconstitucionalidade da mencionada portaria do Ministério da Justiça, a qual já foi objeto de ação direta de inconstitucionalidade (Adin) pela Ordem dos Advogados do Brasil, que alega a necessidade do artigo 220 da Constituição ser regulado mediante lei — esclarece o senador.

## Quintanilha pede mobilização contra o mosquito da dengue

Presente em 3.600 municípios brasileiros, o mosquito transmissor da dengue só será eliminado no país por intermédio de mobilização nacional que envolva não apenas o poder público, mas toda a população. A conclusão é do senador Leomar Quintanilha (PFL-TO), para quem cada brasileiro deve se conscientizar da importância de mudar determinados hábitos em benefício da coletividade.

De acordo com o senador, o aumento descontrolado de casos de dengue registrados em todo o país também expõe “o quadro dramático” que caracteriza a saúde pública brasileira.

Para Quintanilha, a mobilização



Segundo Quintanilha, *Aedes aegypti* está presente em 3.600 municípios

nacional contra a dengue deve ter por objetivo a eliminação dos focos de proliferação do mosquito, em campanha que integre a população às atividades preventivas desenvolvidas pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

O governo, na opinião do senador, vem fazendo sua parte, o que evidencia a necessidade de a população também participar conscientemente das atividades de prevenção à doença.

No Tocantins, relatou Quintanilha, após grande esforço do governo estadual, o avanço da dengue foi controlado, mas a mobilização continua.

# Comissão analisa mudança no combate ao narcotráfico

Na reunião de amanhã, deverá ser concluída a votação do relatório que altera dispositivos da Lei de Execução Penal

A Comissão Mista de Segurança começa a votar amanhã os projetos que tratam da repressão ao narcotráfico, à lavagem de dinheiro e ao crime organizado. Antes, os parlamentares deverão concluir a votação do substitutivo do deputado Marco Rolim (PT-RS) que altera a Lei de Execução Penal. A maior parte do texto foi aprovada na última quinta-feira, faltando agora os artigos que tratam da revista dos presos e da possibilidade de progressão de regime de pena para os condenados por crimes hediondos.

Para a quarta-feira está prevista a votação da proposta da deputada Zulaiê Cobra (PSDB-SP) que unifica as polícias estaduais.



Este é um dos pontos analisados pelo grupo de trabalho que discute a estrutura da segurança

pública. Já foi aprovado o projeto que regulamenta o Sistema Nacional de Segurança, o que, segundo a deputada, representou um primeiro passo para a unificação.

A proposta deverá prever um período de transição e regras que respeitem os direitos adquiridos pelos policiais, uma vez que as corporações são regidas por legislações distintas. As novas polícias estaduais que surgirão a partir das mudanças deverão ter caráter civil.

## Vai à Câmara proposta que inclui estudo como requisito de diminuição da pena

O Senado aprovou e já enviou à apreciação da Câmara dos Deputados projeto de lei de autoria do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) ampliando as hipóteses que permitem a condenados sob regime fechado ou semi-aberto reduzir parte do tempo da pena.

De acordo com o projeto, além do trabalho, o estudo também será requisito para redução da pena. Assim, cada dia de pena equivaleria a três dias de trabalho ou a dois dias de estudo em estabelecimento regular de ensino ou em curso técnico-profissionalizante. Além da frequência, seria exigido do condena-



Medida proposta por Maguito Vilela, já aprovada pelo Senado, não se aplica ao autor de crime hediondo

do efetivo aproveitamento escolar. O senador Sebastião Rocha (PDT-AP), relator da matéria, argumentou que o benefício será capaz de estimular a recuperação do preso, “porque a intenção do Estado não é privá-lo da liberdade, mas habilitá-lo ao convívio social, e, para isso, nenhuma medida supera o estudo”. A medida beneficia também o preso impossibilitado de continuar trabalhando ou estudando por causa de acidente. Condenados por crime hediondo, prática de tortura, tráfico de drogas e terrorismo não teriam direito ao benefício.

## Projeto fixa prazo para demitido poder assumir outro cargo público

Encontra-se na fase de recebimento de emendas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) que fixa o tempo máximo de punição para o servidor público demitido ou destituído de cargo em comissão. A legislação atual não estabelece prazo para o funcionário afastado do cargo ficar impossibilitado de retornar ao serviço público.

— O projeto altera disposições do Regime Jurídico Unico, de forma a fixar o prazo máximo de dez

anos para a incompatibilização do ex-servidor para o exercício de novo cargo público, no caso de infrações mais graves às normas de conduta do serviço público — explicou Carlos Bezerra.

O senador por Mato Grosso esclareceu que o prazo de dez anos foi proposto por analogia com a pena máxima fixada na chamada Lei da Improbidade Administrativa, que prescreve esse tempo para a vigência de proibição aos profissionais e empresas de contratar com o poder público ou receber benefícios



Iniciativa de Carlos Bezerra encontra-se na CCJ, aguardando recebimento de emendas

ou incentivos fiscais ou creditícios, em decorrência da prática de atos de improbidade que importam enriquecimento ilícito.

# Camata quer ações contra poluição no Espírito Santo

Segundo o senador, substâncias tóxicas têm causado o aumento dos casos de doenças pulmonares e de crianças com malformação cerebral

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) solicitou que o Ministério Público e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) tomem providências contra a poluição causada pelas indústrias instaladas ao norte de Vitória, especialmente a Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST) e a Companhia Vale do Rio Doce, "que lançam toneladas de efluentes tóxicos" sobre a capital do Espírito Santo.

— Apelo ao Ministério Público, ao Ibama ou à autoridade que possa impor alguma restrição. O governo tem os mecanismos para fazer com que as empresas obedeçam à legislação — afirmou.



Gerson Camata afirma que empresas não se preocupam com o meio ambiente

Segundo Camata, a criação do Porto de Tubarão, em 1960, seguida da instalação de indústrias de beneficiamento de minério de ferro, foi feita sem nenhum cuidado em relação ao meio ambiente. Devido aos ventos, afirmou, a poluição lançada no ar pelas indústrias é levada para Vitória, Cariacica e Vila Velha, acarretando problemas de saúde para a população da região metropolitana, estimada em 1,5 milhão de pessoas. O aumento de doenças pulmonares e do número de crianças com problemas de malformação cerebral, relacionada à inalação de partículas tóxicas pelas mães, declarou, é atribuído à poluição.

Camata lamentou que, apesar de as diversas auditorias realizadas pelos órgãos de meio ambiente do município identificarem irregularidades nas empresas, nenhuma atitude foi tomada pelas indústrias para acabar com a poluição. Recente inspeção, lembrou, apontou 37 irregularidades na CST, 16 delas referentes à emissão de pó de minério na atmosfera e de resíduos sólidos perigosos lançados na Baía de Vitória.

buído à poluição.

— Essas empresas não têm o mínimo interesse em se corrigir. As auditorias constatarem isso e elas não se preocupam um só momento com o meio ambiente. A Vale do Rio Doce, depois de privatizada, se tornou uma cloaca de sujeira, emporcalhando Vitória — reclamou, registrando que há mais de um ano auditoria na Vale detectou 116 irregularidades que ainda não foram solucionadas.

## Maria do Carmo comemora aniversário de Aracaju

A senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) destacou o 147º aniversário de fundação de Aracaju, comemorado no dia 17. Ela lembrou que cidade foi a primeira capital planejada do país, mais de 100 anos antes de Brasília. Com uma população de aproximadamente 500 mil habitantes, a capital de Sergipe tem formato geométrico, imitando um tabuleiro de xadrez, idealizado em 1850 pelo engenheiro Sebastião Basílio Pirro.

Desde 1669 já existem registros do povoado de Santo Antônio de Aracaju, lembrou a senadora, mas foi em 17 de março de 1855, por vontade e obra do então presidente da província de Sergipe, Inácio

Barbosa, que Aracaju foi elevada à condição de cidade e posteriormente de capital do estado.

Inácio Barbosa, segundo Maria do Carmo, "tinha o sonho de colocar Aracaju no coração político e social de Sergipe". Para realizar essa façanha, queria construir um porto para escoar mercadorias e estimular o comércio da Região Nordeste. Infelizmente, lamentou a senadora, ele não viveu para concretizar sua vontade. Os anseios do presidente da província



Maria do Carmo: cidade foi a primeira capital planejada do país

foram atendidos em 1994, disse Maria do Carmo, com a inauguração, em sua homenagem, do porto Inácio Barbosa, no governo de João Alves Filho.

— Foram 139 anos de espera, mas hoje, a cerca de 50 quilômetros de Aracaju e 200 de Maceió, o porto escoa com facilidade e rapidez produtos variados.

O Porto Inácio Barbosa, afirmou, funciona em moldes privados sob a administração da Vale do Rio Doce.

— contou o senador, observando que a cidade, que serviu de porto para a exportação dos produtos da riqueza sergipana, viveu vários episódios marcantes, como o torpedeamento de navios mercantes por um submarino alemão, em agosto de 1942.

Valadares disse também que a cidade tem apresentado ritmo acelerado de crescimento, com a influência dos grandes centros

urbanos, mas sem apresentar, ressaltou, os mesmos problemas desses lugares, como o aumento da violência e das favelas.

O senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) também parabenizou Aracaju. Mesmo contando com uma população relativamente pequena para uma capital — cerca de 500 mil habitantes — "a capital sergipana já é uma grande cidade brasileira".

## Freitas Neto pede recursos para vítimas de seca no Piauí

O senador Freitas Neto (PSDB-PI) pediu providências do Ministério da Integração Nacional e da Secretaria Nacional de Defesa Civil para socorrer a população do sul do Piauí, vitimada pela seca. Segundo disse, na região de São Raimundo Nonato, composta por 13 municípios, o nível



Segundo Freitas Neto, a estiagem atinge o sul do estado

da água dos reservatórios está zerado.

— Nos últimos 20 anos, a menor média de chuvas foi de 400 milímetros anuais. Este ano, quando o período de chuvas praticamente acabou na região, só houve 226 milímetros. Não se trata, portanto, de apenas mais um caso de seca, mas de uma situação verdadeiramente excepcional.

O senador advertiu que, conforme a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Piauí, não há mais como reverter o quadro, o que significa que não é possível realizar novo plantio nem garantir o fornecimento de alimentos para a população.

Praticamente todo o sul do estado tem sido fortemente atingi-

do, disse. Conforme conversa que Freitas Neto teve com produtores da região, a expectativa é que haja perda de 70% da produção de soja. "A agricultura de subsistência foi atingida de forma dramática. Já se perderam 100% das cultu-

ras de milho e de feijão, não existindo condições de recuperação."

O senador pediu a liberação de recursos, em caráter emergencial, para a garantia do alimento, construção de aguadas e recuperação de rodovias. Ele alertou, entretanto, para a necessidade de o problema da seca ser encarado de maneira definitiva.

Freitas Neto destacou projeto de sua autoria que cria fundo de incentivo para a cultura da carnaúba. A cera de carnaúba é responsável pela maior parte das divisas de exportação do estado e gera empregos para 60 mil pessoas na época da seca, disse o senador, para quem essa seria uma alternativa de emprego e renda nos períodos de estiagem.

### PROGRAMAÇÃO



#### TV SENADO

##### HOJE

6h — Saúde/Unip — Dor no ombro  
6h30 — Cidadania — O senador Geraldo Cândido e o senador Moreira Mendes falam sobre a flexibilização da CLT  
7h30 — Entrevista — O senador Antonio Carlos Júnior fala sobre os fundos de pensão  
8h — Canal do Município — Programa dedicado aos municípios brasileiros nº 05  
8h30 — Saúde/Unip — Dor no ombro  
9h — Vestígios do Passado — Os caminhos do Eldorado  
9h30 — Fala Cidadão — A conexão do Senado com a sociedade nº 05  
10h — Especial — Seminário "Violência e Saúde"  
12h — Idéias — Os senadores: opinião, discursos e novos projetos nº 05  
12h30 — Entrevista — O senador Waldeck Ornêlas fala sobre a bolsa para afrodescendentes  
13h — Fala Cidadão — A conexão do Senado com a sociedade nº 05  
13h30 — Cidadania — O senador Juvêncio da Fonseca e o diretor da ANA, Marcos Freitas, falam sobre o Dia Mundial da Água  
14h15 — Senado Informa (ao vivo)  
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)  
18h30 — Senado Informa (ao vivo)  
Logo após: Entrevista — O senador Fernando Bezerra fala sobre a água para o desenvolvimento  
19h — Fala Cidadão — A conexão do Senado com a sociedade nº 05  
19h30 — Cidadania — O senador Moreira Mendes e o deputado Pompeu de Matos falam sobre segu-

rança pública  
20h30 — Entrevista — O senador Sebastião Rocha fala sobre a CPI das Pesquisas Eleitorais  
21h — Jornal do Senado — O resumo das atividades do Senado  
21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

#### RÁDIO SENADO

##### HOJE

7h — Música e informação  
7h30 — Fala Cidadão  
Em seguida — Música e informação  
8h — Senado Primeira Hora — As principais notícias do Senado, do país e do mundo  
9h — Música e informação  
13h — Fala Cidadão  
Em seguida — Música e informação  
14h15 — Senado Notícias — Edição da Tarde  
14h30 — Sessão Plenária do Senado (vivo)  
18h30 — Fala Cidadão  
Em seguida — Música e informação  
19h — A Voz do Brasil  
20h — Música e informação  
21h — Fala Cidadão  
Em seguida — Música e informação  
22h — Senado Notícias — Edição da Noite  
23h — Vozes do Século XX (reprise)  
RÁDIO SENADO ONDAS CURTAS  
(Transmitindo para a Região Norte/Nordeste/Centro-Oeste e norte de Minas na frequência de 5.990 KHz, na faixa de 49 metros)  
7h — Revista — Coisas do Brasil  
8h — Transmissão em cadeia com o Rádio Senado FM

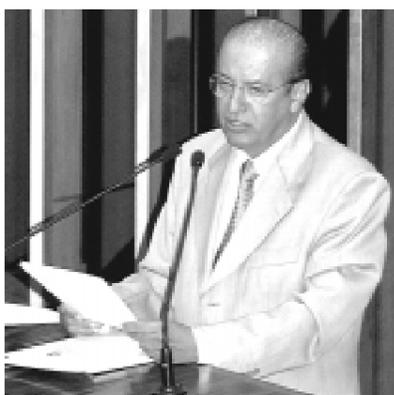
A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

# Valadares destaca mudança na MP da dívida agrícola

Emenda, rejeitada na Câmara, foi aprovada no Senado por meio de destaque do senador e favorecerá pequenos e microprodutores

Na opinião do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), o Senado tomou uma decisão histórica ao aprovar as alterações à medida provisória (MP) que estabelece regras para o refinanciamento das dívidas dos agricultores brasileiros. O senador ressaltou a aprovação, com seu apoio, do destaque que permite o alongamento das dívidas contraídas especialmente junto ao Banco do Brasil, ao Banco do Nordeste e ao Banco da Amazônia, agentes financeiros dos recursos dos fundos constitucionais de financiamento das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

— Os destaques beneficiam a agricultura brasileira, cuja crise vem a cada dia recrudescendo, principalmente por falta de in-



Antonio Carlos Valadares: as alterações beneficiam a agricultura brasileira

centivo do governo e pelo alto endividamento provocado pela incidência da correção monetária sobre os contratos de financiamento rural — argumentou Valadares.

O senador pediu a transcrição, nos Anais da Casa, de matéria

publicada no jornal *Gazeta de Sergipe* que demonstra a importância das alterações feitas pelos senadores à MP. De acordo com a reportagem, em Sergipe as modificações devem favorecer centenas de citricultores, que, pelas dificuldades financeiras, vinham abandonando a atividade.

Valadares considera que as taxas de juros cobradas sobre os saldos devedores fizeram com que as dívidas ficassem impagáveis, anulando as finalidades dos fundos constitucionais, que deveriam impulsionar o desenvolvimento das regiões. Para o parlamentar, é importante garantir que as alterações aprovadas pelos senadores sejam mantidas na Câmara, já que a grande maioria dos beneficiados é formada por pequenos e microprodutores.

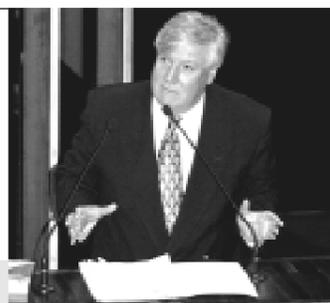
## Lando defende reforma agrária na Amazônia

O senador Amir Lando (PMDB-RO) pediu, na sexta-feira, aos governadores da região amazônica que dêem destinação social às terras da União devolvidas aos respectivos estados, conforme definiu o Decreto-Lei nº 1.933, assinado em 1987. Segundo ele, desde aquela época as terras encontram-se sem função social, enquanto milhares de

sem-terra aguardam um pedaço de chão para plantar.

— É preciso que essas terras sejam destinadas para fins de reforma agrária o mais rápido possível — de acordo com Amir Lando.

O senador informou que as terras devolvidas aos estados, e que eram da União, estão localizadas a 150 quilômetros das



Lando pede aos governadores da Amazônia que dêem destinação social às terras devolutas

fronteiras e que, atualmente, estão sendo cobçadas por aventureiros e grileiros.

## Nabor Júnior pede explicação sobre empréstimo

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) pediu, na sexta-feira, explicações sobre os termos do empréstimo de US\$ 132 milhões que o governo do Acre está assinando com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Segundo ele, há denúncias na imprensa acreana de que o empréstimo teria como garantia a concessão de quatro reservas florestais, num total de 600 mil hectares, para exploração madeireira.

Nabor estranhou que o pedido de garantia do governo, como é



Nabor: há muitas dúvidas sobre o financiamento

usual nesses casos, ainda não tenha dado entrada no Senado, encarregado de aprovar o aval federal.

Para Nabor, é no mínimo estranho que um governo que se autodenomina governo da floresta esteja disposto a dar concessões para exploração madeireira, que a imprensa do Acre afirma ser para multinacionais da Malásia ou da Coreia, em área de floresta numa fazenda privada.

O senador pelo Acre destacou conhecer pessoalmente a fazenda Paranacre, por ser vizinha à sua

região de origem. “Trata-se de uma propriedade particular a ser desapropriada por muitos milhões de reais, por conter benfeitorias importantes. Será necessário, para obter o empréstimo do BID, dar essas concessões florestais, além do aval federal?”, perguntou.

Segundo Nabor, o povo do Acre tem o direito de conhecer as condições do empréstimo. O governador Jorge Viana, em ofício, pede ao Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária (Incra) a doação de uma gleba para atender a compromissos assumidos com o BID, informou o senador. “São esses compromissos que todos desejamos conhecer”, concluiu Nabor Júnior.

## Sarney fez discurso de estadista, afirma Lauro

O discurso do senador José Sarney (PMDB-AP) no Plenário do Senado, na quarta-feira passada, não foi feito apenas para defender a filha dele, mas serviu como uma autêntica peça em favor das instituições nacionais, da democracia e da ética na



Lauro Campos: pronunciamento foi em favor da democracia

— alertou Lauro Campos, para quem o ocorrido com a governadora do Maranhão, Roseana Sarney, poderia acontecer com qualquer cidadão e político brasileiro, “em virtude da falta de ética do governo”.

Lauro Campos afirmou que a sociedade

política, afirmou o senador Lauro Campos (PDT-DF). Ele classificou “de um estadista” o pronunciamento do ex-presidente da República e lamentou que a imprensa, em sua quase totalidade, tenha tratado a fala de Sarney com certo desprezo.

Lauro Campos observou que o discurso de Sarney serviu como uma espécie de alerta à nação para os descaminhos da democracia brasileira. Atualmente, segundo o senador, a corrupção campeia em todos os setores. Na área política, destacou, a ética já não existe mais e o voto foi transformado em mera mercadoria.

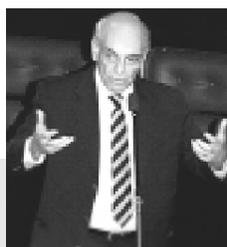
— Isso é muito grave e abre caminho para rupturas perigosas que podem comprometer a democracia brasileira e o estado de direito

brasileira está desolada com o processo eleitoral, que classificou de viciado. E alertou que, a exemplo de anos anteriores, as eleições de outubro serão regadas com muito dinheiro, deteriorando o processo. O senador Pedro Simon (PMDB-RS), em aparte, condenou a falta de mecanismos para conter gastos excessivos nas eleições e defendeu projeto de lei que dispõe sobre o financiamento público das campanhas.

Em outro trecho, Lauro Campos disse que a nação está perplexa com os desmandos do governo Fernando Henrique nas áreas social e econômica. Conforme frisou, a pobreza e o desemprego crescem a cada dia e os juros alcançam patamares insuportáveis.

## Távola: governo é vítima de insinuações e falsas versões

O líder do governo, senador Artur da Távola (PSDB-RJ), disse que as críticas (que classificou de “ataques”) dos senadores Lauro Campos (PDT-DF) e Pedro Simon (PMDB-RS) ao governo são apenas insinuações e versões sem provas. Távola citou



Távola classificou as críticas de massacre sem comprovação

o livro *Apocalípticos e Integrados*, do escritor italiano Umberto Eco, e qualificou os pronunciamentos de Lauro Campos e de Pedro Simon como “apocalípticos”.

— Ouvimos aqui meia hora de um implacável massacre baseado em versões não comprovadas, em insinuações, em meias verdades que formam uma estrutura verossimilhante, mas falsa. E o mais grave é que as insinuações ganham força, transmitem-se com enorme facilidade, e essa falsidade ganha peso de verdade devido à credibilidade e à importância dos dois senadores — disse o líder do governo.

Artur da Távola atribuiu os ataques ao crescimento dos índices de popularidade do presidente Fernando Henrique Cardoso e ao melhor conhecimento, por parte da população, da figura do senador José Serra (PSDB-SP), pré-candidato à Presidência da República.

Artur da Távola acrescentou que as críticas dos colegas não poderiam ficar sem resposta devido à violência dos ataques. Para o líder, a referência ao discurso do senador José Sarney (PMDB-AP) não se justifica, porque o ex-presidente da República não apresentou nenhum fato concreto.

O senador Lauro Campos retomou a palavra para dizer que não apresentou “versões”, mas números do próprio governo sobre endividamento público. “A situação do Brasil é muito grave, e o tempo vai mostrar que estou certo”, disse Lauro Campos.

# Senado manifesta solidariedade a embaixador

Moção será enviada a José Maurício Bustani, que os Estados Unidos desejam destituir do cargo de diretor-geral da Organização para a Proscrição de Armas Químicas. Pedido foi de Pedro Simon, que recebeu apoio de diversos outros senadores

A pedido do senador Pedro Simon (PMDB-RS), a Mesa do Senado, a exemplo do que fez a Câmara, apresentará moção de solidariedade ao embaixador José Maurício Bustani, diretor-geral da Organização para a Proscrição de Armas Químicas (Opaq), órgão das Nações Unidas. Os Estados Unidos tentam destituir o brasileiro do cargo, alegando má gestão, mas na sexta-feira não conseguiram aprovar proposta nesse sentido. Na visão de Simon, a posição dos norte-americanos é, na verdade, uma reação à decisão do embaixador de que os próprios Estados Unidos sejam fiscalizados pela Opaq.

Simon elogiou o trabalho de Bustani à frente da organização. "Quando o nosso embaixador assumiu a entidade, 35 países faziam parte dela. Hoje, são 145", disse. Ele lembrou que Bustani foi reeleito



Pedro Simon diz que o "crime" do embaixador foi buscar o diálogo com o Iraque

por unanimidade e que tem ainda mais três anos de mandato.

Para o senador, outro motivo de insatisfação dos Estados Unidos com o diplomata brasileiro seria a intenção de Bustani de incluir o Iraque como membro da Opaq. "Enquanto o americano quer ir para o bombardeio, para a luta, para o extermínio, o embaixador

quer o diálogo, encontrar uma fórmula através da qual a entidade que ele preside receba o próprio Iraque e receba do Iraque a aceitação da fiscalização feita pela ONU. Esse é o crime que ele cometeu", afirmou.

Na opinião de Simon, a diplomacia brasileira tem agido corretamente ao defender o embaixador. "Eu quero fazer justiça: o Itamaraty tomou providências positivas, tentando se contrapor aos americanos", observou, criticando a "prepotência" dos Estados Unidos, que, segundo ele, agem como donos do mundo.

Simon recebeu apoio dos senadores Carlos Patrocínio (PTB-TO), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Amir Lando (PMDB-RO) e Artur da Távola (PSDB-RJ), que, em apertes, também criticaram a postura dos Estados Unidos e defenderam o desagravo ao diretor da Opaq.

## Lobão denuncia pressão de ONG contra o Brasil

O senador Edison Lobão (PFL-MA) criticou na sexta-feira a campanha movida por organizações não-governamentais (ONGs) de países industrializados contra o aumento da produção nacional de grãos e a utilização de hidrovias para o escoamento das safras.

Como exemplo dessa campanha, ele citou carta enviada ao governo brasileiro pela ONG Sociedade Holandesa pela Natureza e o Meio Ambiente, expressando profunda preocupação com o efeito do aumento da produção brasileira de soja sobre a biodiversidade e a vida das comunidades indígenas.

A organização, de acordo com o senador, protestou ainda contra o planejado aumento do comércio de soja com países europeus e ameaçou demandar aos governos da região que "ajam da forma mais apro-

priada em relação ao Brasil".

— Esta foi a mais despropositada intervenção em assuntos soberanos de nosso país — afirmou Lobão.

Para ele, muitas das ONGs que criticam o Brasil atendem, na verdade, aos interesses de países que não aceitam a concorrência dos grãos brasileiros. Essas organizações, disse o senador, não passariam de "tropas de choque de vasto aparato supranacional de intromissão em assuntos soberanos". Lobão considerou ainda uma ironia o fato de as críticas partirem de uma ONG holandesa, uma vez que a Holanda obteve um terço de seu território a partir da drenagem de pântanos ricos em biodiversidade.

Em aparte, o senador Luiz Otávio (PPB-PA) registrou reportagem da Rede Globo, segundo a qual uma ONG dos Estados Unidos estaria ofe-



Lobão aponta "vasto aparato supranacional de intromissão em assuntos soberanos"

recendo R\$ 10 mil mensais a agricultores brasileiros para que cruzassem os braços e interrompessem a produção. Lobão comentou, então, que essa organização estaria praticando não apenas intervenção em assuntos internos, mas também um ato de corrupção internacional.

## Ministros falam da sobretaxa ao aço

Os ministros das Relações Exteriores, Celso Lafer, e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sérgio Amaral, comparecerão ao Plenário do Senado para prestar

esclarecimentos sobre a reação do governo à sobretaxa de 40% imposta pelos Estados Unidos ao aço brasileiro e os efeitos dessa decisão na economia nacional.

Lafer deve comparecer no dia 2 de abril, e Amaral, no dia 16. Eles foram convidados por sugestão dos senadores Paulo Hartung (PSB-ES) e Romero Jucá (PSDB-RR).

## Mozarildo vê risco de intervenção na Amazônia

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) alertou para o risco de uma intervenção dos Estados Unidos no território brasileiro sob a alegação de combate ao narcotráfico, como aconteceu na Colômbia. Ele observou que o recente anúncio dos EUA de que o traficante Fernandinho Beira-Mar estaria envolvido com a organização criminosa Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia já pode ser entendido como sinal dessa intenção.

Para o senador, esse evento, somado às notícias de que algumas organizações não-governamentais estão financiando agricultores de soja do Brasil a fim de que não plantem e, por consequência, não concorram com a produção dos Estados Unidos, deveria estar sendo motivo de preocupação de todas as autoridades do país e não apenas dos parlamentares da Amazônia.

— Não são todas, mas várias organizações ilegais e criminosas estão sendo tratadas de maneira complacente, podendo agir livremente em nosso território, sem nenhum tipo de fiscalização — avaliou Mozarildo.

Para justificar seu receio, ele citou notícia de que alguns suíços foram detidos em Manaus, tentando



Segundo Mozarildo, várias organizações ilegais estão sendo tratadas de maneira complacente

embarcar 500 insetos.

— Na fauna e na flora encontram-se várias matérias-primas de medicamentos que os laboratórios internacionais ambicionam. E algumas das ONGs que hoje atuam na Amazônia empreendem uma ação orquestrada a favor de interesses estrangeiros que querem impedir a pesquisa avançada dessa riqueza de biodiversidade no Brasil — disse.

Em aparte, Luiz Otávio (PPB-PA) apoiou as preocupações de Mozarildo. Lauro Campos (PDT-DF) concordou que existe intenção dos EUA de desviar a capacidade produtiva do Brasil para impedir que nosso país concorra com eles.

## Comissão do Mercosul debate plebiscito sobre adesão à Alca

O possível ingresso do Brasil na Área de Livre Comércio das Américas (Alca) é um dos temas a serem debatidos na reunião da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, amanhã, às 17h30. Será discutida a complementação do voto favorável da senadora Emilia Fernandes (PT-RS) a projeto do senador Roberto Saturnino (sem partido-RJ) convocando plebiscito sobre a suspensão das negociações nesse sentido.

Os membros da comissão discutirão ainda relatório do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) favorável ao texto do Acordo-Quadro sobre Meio Ambiente no Mercosul. Será apresentada também a Declaração de Fortaleza, documento resul-



Parecer de Emilia Fernandes é favorável a plebiscito sobre ingresso do Brasil na Alca

tante do seminário internacional "O Mercosul, a Alca e o Endividamento Externo", realizado em Fortaleza. A comissão é presidida pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR).